

# Câmara Municipal



**MARCELO RABELLO NEVES**  
Presidente da Mesa Diretora

**RAPHAEL BRANCO DOS SANTOS**  
Vice-Presidente da Mesa Diretora

**MARCOS ANTÔNIO MACHADO**  
1º Secretário da Mesa Diretora

**JAQUELINE HIAT DIAS**  
2ª Secretária da Mesa Diretora

**ADRIANO MARTINS DE OLIVEIRA**  
Vereador

**FABRÍCIO PORTO  
ANDRIOLO MACHADO**  
Vereador

**JORGE ANTÔNIO  
MOURA DE REZENDE**  
Vereador

**JOSÉ ROBERTO FONSECA**  
Vereador

**LUIS DE SOUZA TEIXEIRA**  
Vereador

\*\*\*\*\*

**Marlene Fernandes Pires**  
Chefe de Gabinete da Presidência

**Marcelo Fernando Ramos**  
Assessor Especial da Presidência

**Emanuel Rampini Figueiredo**  
Diretor Geral

**Michele Cabral Tavares**  
Gerente Financeira

**Bruna Esteves Damasceno**  
Secretária Executiva da Presidência

**Daniel de Oliveira Souza  
Maiara Araújo Santos**

**Raquel Silveira Valença  
Vanderson da Silva Ramos**

Assessores Parlamentares das Comissões

## SUMÁRIO

Ato da Presidência - Página 1  
Ata de Sessão Legislativa  
Páginas 1 a 3

# DIÁRIO OFICIAL

## Atos do Poder Legislativo

### Município de São José do Vale do Rio Preto

ANO XVII nº 3.704 - 3ª-feira, 10 de fevereiro de 2026

## ATO DA PRESIDÊNCIA

### CORRIGENDA

Tendo em vista ter ocorrido erro de digitação no título do Ato de Dispensa 02/26, Processo 085/26, publicado no Diário Oficial da edição Nº3.702 datado de 09 de Fevereiro de 2026.

**Onde se lê:** Ato de Dispensa Licitatória.

**Leia -se:** Ato de Inexigibilidade 06/26 de Licitação com fulcro no Art. 74 inciso III da Lei 14.133/202.

São José do Vale do Rio Preto, 10 de Fevereiro de 2026.

**MARCELO RABELLO NEVES**  
PRESIDENTE

## ATA DE SESSÃO LEGISLATIVA

### Ata nº 06/26

Ata da Sexta Reunião Ordinária do Segundo Ano da Décima Legislatura da Câmara Municipal de São José do Vale do Rio Preto, realizada aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis sob a presidência do Vereador Marcelo Rabello Neves, com a presença dos Vereadores Adriano Martins de Oliveira, Fabrício Porto Andriolo Machado, Jaqueline Hiat Dias, Jorge Antônio Moura de Rezende, José Roberto Fonseca, Luis de Souza Teixeira, Marcos Antônio Machado e Raphael Branco dos Santos, que assinaram o livro de presença e, havendo número legal, às dezesseis horas e trinta minutos, fazendo a invocação regimental, deu início aos trabalhos. Ato inicial, o Presidente convidou o Sr. Josias Gonçalves para fazer a leitura do texto da Bíblia Sagrada. A seguir, o Sr. Presidente solicitou que a Vereadora Jaqueline Hiat, Segunda Secretária, fizesse a leitura da Ata da sessão realizada no dia vinte e nove de janeiro. Em seguida solicitou ao Vereador Marcos Machado, Primeiro Secretário, que fizesse a leitura das matérias no Expediente, do qual constavam: os Ofício GP nº 56/26 (de protocolo nº 189/26) e nº 63/26 (de protocolo nº 201/26), que informam o encaminhamento de indicações legislativas aos setores competentes; Ofício GP nº 61/26, que encaminha o Projeto de Lei nº 191/26 que cria o Fundo Municipal de Segurança e Ordem Pública; Ofício GP nº 55/26, que encaminha o Projeto de Lei nº 195/26 que requer autorização para a abertura de Crédito Especial de R\$

121.892,94 para a Secretaria de Administração; Ofício GP nº 58/26, que encaminha o Projeto de Lei nº 197/26 que requer autorização para a abertura de Crédito Especial de R\$ 223.764,02 para o Gabinete do Prefeito; o Projeto de Resolução nº 202/26, do Vereador Jorge Moura de Rezende que concede o Prêmio Bernadeth Madeira a Sra. Aparecida de Fátima Moreira Esteves; e as Indicações Legislativas: nº 194/26, do Vereador Adriano Martins; nº 192 e 203/26, do Vereador Jorge Moura de Rezende; nº 216 a 218/26, do Vereador Marcelo Neves; e nº 204 a 215, 219 e 220/26, da Vereadora Jaqueline Hiat. A seguir, havendo oradores inscritos para a Fala do Expediente, usou a Tribuna a Vereadora Jaqueline Hiat que registrou agradecimento à Secretaria Municipal de Obras pelo atendimento prestado às demandas ocorridas ao longo desta semana. Em razão das intensas chuvas, em volume muito superior ao previsto, diversas estradas do município tornaram-se intransitáveis. Desde as primeiras horas da manhã, por volta das 5h30, a equipe da Secretaria de Obras atuou de forma imediata, realizando a retirada de barreiras e a limpeza das vias, garantindo o restabelecimento da mobilidade e a segurança da população. Agradeceu ao Governo do Estado, em especial à Secretaria de Habitação de Interesse Social, pela concessão de uma Academia da Terceira Idade para a localidade de Camboatá, bem como pela implantação de um parque junto à área social. Informou que foi recebido documento oficial da referida Secretaria comunicando a realização de vistoria técnica, etapa necessária para o início da implantação dos equipamentos. Dessa forma, registrou os agradecimentos ao Governo do Estado, ao secretário Afonso e a toda a equipe da Secretaria de Habitação de Interesse Social, pelo apoio e parceria com o município. Também inscrito o Vereador Marcos Machado registrou manifestação acerca das informações que vêm sendo divulgadas nas redes sociais sobre o reajuste da tarifa de transporte coletivo operado pela Viação Progresso, atualmente no valor de R\$ 4,50, com previsão de elevação para R\$ 5,00. Esclareceu que esta Casa Legislativa não delibera, não vota e não autoriza reajustes de tarifas de transporte público, competência que recai exclusivamente sobre o Poder Executivo e os órgãos reguladores competentes. Apesar disso, têm sido direcionadas críticas aos vereadores, inclusive com insinuações de cumplicidade, o que não corresponde à realidade institucional. Destacou que o papel do vereador é essencialmente fiscalizador, não sendo possível fiscalizar ou deliberar sobre atos que não passam pela apreciação do Legislativo. Ressaltou, ainda, que os problemas relacionados à prestação do serviço pela concessionária já foram amplamente debatidos nesta Casa, especialmente no que se refere à precariedade do atendimento, à manutenção dos veículos e à alteração de horários de linhas, como aquelas que atendem o trajeto para Petrópolis, situação que tem causado prejuízos significativos à população. Informou que o conhecimento formal acerca do reajuste ocorreu por meio de publicação no Diário Oficial, não havendo qualquer comunicação prévia ou encaminhamento do tema ao Legislativo. Reiterou que os gabinetes parlamentares permanecem abertos ao atendimento da população, com canais de comunicação acessíveis e respostas prestadas às demandas recebidas. Ressaltou, ainda, que já houve convocação formal, por esta Casa, do presidente e do diretor técnico do DETRO, estando pendente apenas a confirmação de data para a realização da audiência, o que demonstra a atuação efetiva do Legislativo dentro de suas atribuições. Por fim, reforçou a importância de que a população compreenda o papel institucional do vereador, evitando a atribuição de responsabilidades que não lhe competem e informou que os gabinetes parlamentares permanecem à disposição para o diálogo direto e esclarecimento de quaisquer dúvidas, de forma respeitosa e transparente. Também inscrito Vereador Marcelo Neves registrou manifestação no sentido da necessidade de se estabelecer, de forma clara, os limites de competência e os deveres de cada Poder no âmbito desta Casa Legislativa. Inicialmente, consignou elogios ao Prefeito Municipal, Zé Carlos, e ao Vice-Prefeito, que se encontram em Brasília em missão parlamentar, buscando recursos por meio de emendas federais destinadas a atender às necessidades do município. Tal atuação merece reconhecimento, por representar esforço concreto na captação de investimentos em benefício da população. Na sequência, informou que o Secretário Municipal de Obras esteve presente em gabinete parlamentar, em atendimento à solicitação realizada após reunião desta Casa, juntamente com o Presidente da Comissão de Obras. Na oportunidade, foram discutidas demandas relativas a diversas localidades, destacando-se que pedidos antigos de fornecimento de manilhas permanecem paralisados no setor de compras há aproximadamente um ano, situação considerada inadmissível. Ressaltou que a ausência de resposta administrativa e a morosidade excessiva em processos licitatórios têm causado prejuízos diretos à população, especialmente em períodos de intensas chuvas, quando a falta de obras de drenagem e infraestrutura resulta em danos às vias públicas. Destacou que, caso tais providências tivessem sido adotadas oportunamente, parte dos prejuízos poderia ter sido evitada. Apontou, ainda, a necessidade de esclarecimentos por parte

da Secretaria de Planejamento, da Secretaria de Administração e do setor de compras, a fim de identificar as razões da demora na tramitação dos processos, sobretudo diante do fato de que outras secretarias conseguem realizar dispensas ou licitações em prazos significativamente menores. Reforçou que esta Casa Legislativa não reprovou projetos de iniciativa do Executivo, tendo inclusive autorizado 100% de remanejamento orçamentário nos exercícios anteriores e no atual, o que amplia a responsabilidade administrativa quanto à execução das políticas públicas. Destacou, também, a urgência da implantação de uma Subprefeitura em Jaguara, bem como a necessidade de solução imediata para problemas estruturais, como pontos de ônibus danificados há meses, expondo a população às intempéries. No que se refere ao reajuste da tarifa do transporte coletivo, reafirmou que esta Casa não possui competência para autorizar ou aprovar aumento de passagem. Manifestou posição contrária ao reajuste da tarifa de R\$ 4,50 para R\$ 5,00, sobretudo diante da precariedade do serviço prestado, da frota sucateada, da redução de horários e dos riscos impostos aos usuários. Questionou a ausência de estudos técnicos transparentes que justifiquem o reajuste, bem como a falta de diálogo prévio com o Legislativo. Ressaltou-se que a população tem crescido, o que exigiria ampliação da oferta de horários, e não sua redução. Registrou, ainda, que já foi encaminhado documento desta Casa ao DETRO, órgão responsável pela fiscalização externa, e que se aguarda os devidos esclarecimentos. Internamente, compete ao Município, por meio de suas secretarias, prestar contas sobre os critérios adotados para o reajuste. Defendeu a convocação dos secretários responsáveis para que prestem esclarecimentos formais ao Legislativo, bem como a elaboração de nota de repúdio por parte desta Casa, diante do caráter considerado abusivo do aumento tarifário, nas atuais condições do serviço oferecido. Por fim, reafirmou a importância da atuação conjunta dos vereadores na fiscalização das concessionárias e empresas prestadoras de serviços públicos, a fim de garantir os direitos da população e evitar a naturalização da precarização dos serviços essenciais. Esgotada a lista de inscritos para a Fala no Expediente, passou-se à Ordem do Dia com a votação e aprovação em primeiro e segundo turnos dos projetos de Lei: nº 2.221/25, do Vereador Marcos Machado que denomina o Centro de Especialidades Odontológicas – Marcos Jucá; nº 175/26, do Vereador Jorge Moura que dispõe sobre alteração do Artigo 1º da Lei nº 479, de 1996; e nº 173/26, de autoria da Mesa Diretora que altera o Artigo 1º da Lei nº 2.461 de 2024; e os projetos de Resolução: nº 188/26, de autoria da Mesa Diretora que promove alterações no Anexo V da Resolução nº 821, de 2006, sanando distorção remuneratória dos servidores das referências VII e VIII do Poder Legislativo; e nº 2.058/25, de autoria da Mesa Diretora que dispõe sobre a concessão de assistência à Saúde, nas modalidades de auxílio-ressarcimento e de contratação direta, aos servidores do Poder Legislativo. Encerrada a Ordem do Dia e não havendo oradores inscritos para as Explicações Pessoais, às dezessete horas e quarenta e três minutos o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão, agradecendo a presença de todos, marcando a próxima reunião ordinária para o próximo dia cinco de fevereiro, às dezesseis horas quando estarão sendo analisados na Ordem do Dia os projetos que forem deliberados pelas comissões permanentes. E eu, Marcos Machado, Primeiro Secretário, para que tais relatos integrem os anais desta Casa, mandei lavrar a presente Ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada por quem de direito. São José do Vale do Rio Preto, em três de fevereiro de dois mil e vinte e seis. HAB.